

# Brasília Ano 2.000 e os partidos

**Brasília: problemas atuais e perspectivas para o ano 2.000.**  
Sobre este tema, solicitamos a todos os partidos políticos que nos enviassem suas avaliações e propostas para que fossem publicadas em nosso Curso. Até o fechamento desta edição, só recebemos resposta de seis partidos. Quanto aos demais, temos certeza de que também possuem propostas para Brasília, mas a dedicação de todos à eleições no DF certamente deve ter dificultado atenderem ao nosso chamado.

## PT

### Partido dos Trabalhadores

A grande maioria de nossa população trabalhadora, da cidade e do campo, tem sido relegada à condição de "brasileira de segunda classe". É da necessidade de modificar isso que surge o Partido dos Trabalhadores, da necessidade desses brasileiros de intervir na vida social e política do País.

O PT vê na organização eletiva dos trabalhadores a via para se conquistar um sistema econômico e político onde a democracia plena seja diretamente exercida pelas massas. Assim, subordinamos a nossa participação em eleições e nossas atividades parlamentares ao objetivo de organizar os trabalhadores e sua luta.

Para o PT, a democratização da Constituinte só será possível se houver uma ampla mobilização popular.

Entendemos também que só haverá pleno exercício da cidadania em nosso país quando for garantido a todos os cidadãos e acesso ao ensino público, gratuito e laico em todos os níveis. Sendo também a saúde um direito inalienável do cidadão, o Estado deve se incumbir de medidas que visem a preservação e promoção da saúde, dando ênfase a medicina preventiva. Visando a esse fim, o PT defenderá a socialização da medicina, com a estatização dos serviços médicos privados e da indústria farmacêutica. O PT defende um sistema único de saúde, regionalizado e hierarquizado.

O PT defenderá a mais ampla liberdade e autonomia sindicais, que retirem do Estado a tutela que ele exerce sobre a classe trabalhadora, através do Ministério do Trabalho, da Justiça do Trabalho e de órgãos repressivos, encampando entre outras medidas, a aprovação da Convenção 87 da OIT.

Por tudo isso, e por defender um Governo de real participação dos trabalhadores é que o PT/DF luta por uma ampla autonomia para o DF, com representação política em todos os níveis.

## PFL

### Partido da Frente Liberal

As questões do trabalho, da educação, da moradia, dos transportes, da saúde, do meio ambiente e da organização política do DF interrelacionam-se indissociavelmente por força dos dobramentos que apresentam, tanto hoje, quanto amanhã. A resultante maior, dos conflitos gerados, no âmbito desses problemas terá sua avaliação final medida pelas propostas que comportar e pelas realizações que admitir.

Diante dessa premissa, a resposta mais coerente somente poderá ser viabilizada através de um plano plurianual com revisões periódicas e refletindo na sua formulação um tratamento integrado de suas variáveis.

As perspectivas para o ano 2.000 se mostram sombrias na hipótese de persistir o tratamento isolado das ordens econômica e social. E no fundamento dessa ação, se faz inadiável dar à organização política do DF o suporte universal da sanção popular, abrindo-se ao julgamento do povo a representação política em todos os níveis, mantendo-se para o Distrito Federal as estruturas institucionais de uma Cidade-Estado.

O homem é a meta síntese desse desenvolvimento. E a mobilização de meios e de fins para viabilizá-lo terá na iniciativa privada e na valorização do trabalho os instrumentos essenciais de sua realização.

Brasília e suas cidades-satélites sofrem hoje as conseqüências da falta de identidade de suas chefias administrativas com as respectivas populações. Um compromisso programático, firmando a solidariedade entre Governo e Povo, é um caminho válido para nos libertar das incertezas do amanhã. Fatalmente elas serão mais adversas amanhã se não houver a harmonia indispensável consagrando um projeto político onde as relações entre o capital e o trabalho otimizem os frutos de sua integração e promovam, como condição básica de sua validade e como objetivo maior a ser alcançado, a justiça social compondo, de forma inequívoca, o centro de gravidade do modelo econômico a ser consagrado pela Constituinte.

## PMDB

### Partido do Movimento Democrático Brasileiro

Em novembro de 1984, a Fundação Pedrosa Horta do PMDB-DF produziu um documento que na época foi entregue ao Dr. Tancredo Neves, onde explicitava o compromisso do partido com Brasília. Nele expressavam-se as posições do PMDB a respeito dos principais problemas que, de alguma forma afetavam a população brasileira. Com algumas correções, surgidas do intenso debate ocorrido nos últimos dois anos, ainda são as teses daquele documento que orientam as posições dos peemedebistas do DF.

Quanto à representação política, necessidade sentida e defendida pelo PMDB desde sua fundação, o partido compromete-se a lutar pela eleição direta do Governador bem como a promover, através dos seus parlamentares eleitos nas próximas eleições, amplo debate dos diversos projetos de implantação de Assembléia Legislativa ou de Prefeituras nas cidades-satélites. Essa questão será abordada desde pontos de vista múltiplos e mediante a consulta dos diversos segmentos da população.

No que respeita à economia, tem-se consciência da particularidade de Brasília frente às outras unidades da federação, quer do ponto de vista das dimensões do setor terciário, que aqui ocupa mais de 80% de sua população economicamente ativa, quer do centro gerador de seu dinamismo que ainda localiza-se no grande complexo das administrações públicas federal e estadual.

O PMDB-DF advoga a implantação das atividades industrial e agropecuária distribuídas pelas cidades-satélites, como forma de diminuir a dependência do DF de produtos de outros estados, bem como de criar empregos próximos às áreas de moradia diminuindo os fluxos entre essas cidades e o Plano Piloto.

Não obstante, o crescimento industrial e agropecuário não deverá limitar-se às fronteiras de Brasília, devendo sim fortalecer a economia dos municípios do Entorno da Capital e sua Região Geoeconômica.

O fortalecimento da economia regional tem o objetivo complementar de criar alternativas produtivas para a população regional e mesmo de outros estados que, sem estas oportunidades, viriam para Brasília. A maior oferta de emprego e a melhoria da renda possibilitará a maior número de cidadãos adquirir bens e serviços necessários ao bem estar de sua família. No entanto, a ação do Estado deverá ser efetiva e eficiente na correção de carências e na prestação daqueles serviços que não comportam a geração de lucros, tais como, a distribuição de água e luz,

a coleta de lixo e esgotos, bem como a prestação de serviços de saúde e educação.

O PMDB está igualmente atento à necessidade de uma maior oferta de oportunidade habitacionais e melhoria dos transportes coletivos.

Os compromissos do PMDB, com o sentido de melhorar o padrão de vida da população de Brasília não se esgota nos estreitos limites da cidade. Todas as ações previstas em suas propostas incluem a articulação com os governos de Goiás e Minas Gerais para que se obtenha o desenvolvimento equilibrado de toda a região.

O PMDB-DF entende que a elevação do padrão de vida da população é a maior garantia para a consolidação da convivência democrática. É difícil imaginar-se, num contexto democrático, a manutenção da atual distribuição de renda e riqueza nacionais que determina que uma pequena minoria vida nadando em ouro à custa da miséria da esmagadora maioria da população brasileira.

LUIS HUMBERTO



## PC do B

### Partido Comunista do Brasil

"Conheço cidadãos cassados. Cidade cassada só conheço Brasília". A frase, dita pelo ex-presidente Tancredo Neves, revela com precisão a esdrúxula situação vivida pelos habitantes da Capital da República que tiveram cassado pelos regimes militares o seu mais simples e elementar direito democrático: o direito de eleger seus representantes. Com o advento da Nova República, essa situação foi parcialmente corrigida, sendo restabelecido o direito de voto para os brasileiros, que agora podem eleger oito deputados e três senadores para a Assembléia Nacional Constituinte. Isso, no entanto, na opinião do Partido Comunista do Brasil, ainda é muito pouco.

Projetada para ter 500 mil habitantes no ano 2.000, Brasília atinge hoje a marca de 1.500.000 habitantes. Segundo cálculos da ONU, na virada do século, a população do Distrito Federal deverá estar próximo dos 4 milhões de habitantes. Número, sem dúvida, preocupante. A luz dessas perspectivas é preciso se repensar a estrutura político-administrativa da Capital da República. Durante os governos militares, acumularam-se os problemas políticos, econômicos e sociais da cidade, fruto de administrações corruptas e sem nenhum compromisso com as reivindicações populares. Brasília, nesses últimos 21 anos, foi tratada como um imenso quartel. O resultado disso até esta falta moradia, falta escola, falta assistência médica, faltam empregos, o transporte é o mais caro do país.

Essa situação não pode continuar. O crescimento desordenado da cidade e a falta de canais legítimos para que seus habitantes possam expressar suas reivindicações e participar diretamente da vida política e administrativa da cidade tem contribuído decisivamente para aprofundar os problemas vividos pelo povo do Distrito Federal.

O Partido Comunista do Brasil defende que a Constituinte promova a plena e completa autonomia política para a população que habita o atual. O povo de Brasília quer e precisa eleger diretamente o governador, os deputados estaduais e os prefeitos das atuais cidades-satélites. Para viabilizar juridicamente essa autonomia política, o Partido Comunista do Brasil lançou ao debate a tese de criação do Estado de Brasília.

Pela nossa proposta, seria criado o Estado de Brasília, compreendendo as cidades-satélites e os municípios circunvizinhos. A superfície do novo Estado seria estabelecida por lei e a União contribuiria financeiramente para a sua consolidação. A população elegeria por voto direto e secreto o Governador, o Vice-Governador, a Assembléia Legislativa e os parlamentares federais. O atual Distrito Federal seria limitado ao Plano Piloto.

Com essa proposta, garantiríamos a plena autonomia política para os habitantes do atual Distrito Federal, ao mesmo tempo em que criaríamos as condições necessárias para o desenvolvimento econômico da região, promovendo a sua industrialização, gerando novos empregos e criando um novo pólo de desenvolvimento regional.

## PMC

### Partido Municipalista Comunitário

O PMC-Partido Municipalista Comunitário - tem com o Distrito Federal uma grande sintonia programática, visto defender a subdivisão administrativa municipal em subprefeituras. A difusão do sistema gerencial por subprefeituras, aqui conhecida por Prefeituras de Quadras, faz parte de seu programa partidário.

A delegação de poderes aos Prefeitos de Quadras libera o Governador de pequenos detalhes administrativos como limpeza, segurança, lazer (principalmente para as crianças) e cuidados com a área verde. No entanto, para que isso aconteça necessário se torna a liberação do IPTU da quadra para a Mntiprefeitura.

Querer limitar o crescimento de uma cidade, principalmente uma Capital como Brasília, é desconhecer a evolução da sociedade humana. Brasília continuará crescendo. O bom senso pede aceitação e assentamento e não repúdio aos migrantes. O progresso exige liberação de espaço para a instalação de complexos industriais geradores de empregos. Há, no DF, grande possibilidades de instalação de complexos industriais de todos os tipos, principalmente pela localização geográfica.

Educação se aprende no lar, profissão na escola e cultura é a soma de ambos associado com o interesse de cada um pela vida. Assim, firme ação social preventiva do governo em todas as camadas sociais, aprimoramento dos cursos profissionalizantes, inclusive obrigando que cada sindicato tenha cursos de especialização sobre suas categorias, dá ao País uma perspectiva mais sólida para a sociedade do futuro. A nação precisa de bons profissionais e de bons cidadãos.

A comunidade brasileira, formada por elementos heterogêneos, precisa de profunda integração social e nada melhor para tal que a segurança da casa própria, direito de todos e dever do Estado. No entanto, trabalhar sem transporte adequado é como comer

pão sem manteiga. O trabalhador tem o direito do transporte subsidiado, seguro e confortável, caso contrário sua saúde mental e física sofre alterações e a sociedade sofre com todo esse desajuste. O respeito pelo meio ambiente, higiene pública e civilidade são virtudes que não podem viver desvinculadas da sociedade. Mais árvores, muitas árvores, principalmente frutíferas para atrair os pássaros, esse o modo correto para doar aos nossos descendentes uma sala de visita digna de se nela viver.

Juridicamente Brasília é um grande ornitorrinco. Sem disciplina constitucional não pode haver boa seqüência administrativa. Propomos, portanto, uma Constituinte para Brasília. A sociedade brasileira, que precisa definir seu futuro deve ser ouvida. Isso é suficiente para justificar a criação de um Legislativo forte e eleito pelo voto direto.

O direito de exigir está vinculado à obrigação de servir, pois o voto começa como carta de fiança e termina como carta de cobrança. Uma democracia só pode ser perfeita com o equilíbrio entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

## PCB

### Partido Comunista Brasileiro

Quem pensa que Brasília é o Plano Piloto ou vê a cidade pelos cartões postais pode imaginar que a Capital da República é uma cidade diferente das outras capitais brasileiras no que diz respeito ao nível de vida de seus habitantes.

Nada mais distante da verdade. Em Brasília, estão presentes todos os problemas que afligem os brasileiros das demais unidades da Federação. Aqui, 100.000 famílias não têm habitação condigna, há graves problemas em áreas como educação, saúde pública e saneamento; o transporte coletivo, além de ser um dos mais caros do país, é demorado e ineficiente. Embora o desemprego tenha diminuído nos últimos meses, dezenas de milhares de brasileiros continuam desempregados ou vivem do subemprego. Enfim, como em todo o Brasil, o quadro social do Distrito Federal é gravíssimo.

Qual o caminho para resolver estes problemas?

Para o PCB, a participação política é o único meio legal e possível através do qual os trabalhadores e toda a população do DF devem utilizar para conseguir a resolução dos problemas sociais. O avanço político é a ante-sala dos avanços nos campos social e econômico. Para tanto, defendemos que a representação política deva ser ampliada, na Assembléia Nacional Constituinte, inclusive com a instalação de uma Assembléia Legislativa. Esta, em sua primeira legislatura, deve ter poderes constituintes para elaborar, nos marcos da nova Constituição federal, a Constituição do DF. A democratização do poder local deve estender-se com a eleição direta dos Administradores das cidades-satélites. A instalação ou não de Câmaras Municipais nestas cidades deve ser objeto de deliberação pela Assembléia Legislativa.

Mas o processo de democratização exige uma participação cada vez maior da sociedade civil. Por isso, o PCB defende o fortalecimento de todas as formas de organização da sociedade (sindicatos, associações de moradores, entidades de natureza cultural ou religiosa, etc), como forma de aumentar o poder dos cidadãos para decidirem os rumos da cidade e do país.

Será assim, fortalecendo o processo democrático, que as questões sociais serão encaminhadas e pavimentaremos o caminho para o socialismo, único sistema no qual os problemas fundamentais do Brasil e do seu povo terão solução definitiva.